

Arquivo

Edição Comemorativa do 175º aniversário de Rio Claro

Junho de 2002

▼
A história
da Fazenda
Santa
Gertrudes

Páginas 6 e 7

▼
Espaço
dinâmico:
Arquivo
reorganizado

Páginas 3 e 4

▼
A fotografia
no resgate
da memória

Página 10

Rio Claro 2002
175º ANIVERSÁRIO

CONSELHEIROS FALAM SOBRE O ARQUIVO

ARQUIVO VIVO

Jaime Leitão

Ele tem 22 anos. É jovem, mas já com muita experiência. Um jovem que preserva a nossa História, documentos significativos para todos nós; ao mesmo tempo, mostra-se ligado ao presente, é dinâmico, promove eventos culturais, estabelecendo uma relação fundamental entre o ontem e o hoje, entre o ontem e o sempre.

A partir do momento em que o Arquivo Público e Histórico foi fundado, a cidade de Rio Claro ganhou uma nova dimensão, a de tornar mais viva a memória dos que aqui viveram e daquilo que realizaram, com critérios e normas bem definidos.

O Arquivo, hoje, está inserido definitivamente no universo rio-clarense e aberto aos jovens e pessoas de todas as idades que queiram pesquisar e descobrir em jornais antigos, em documentos importantes, a nossa origem, aquilo que nos toca de alguma maneira, o que nos diz respeito e precisa ser buscado. Arquivo vivo, mais vivo do que nunca.

A autora é professor de Língua Portuguesa e cronista do Jornal Cidade de Rio Claro



A DIVULGAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL

João Martins Rodrigues Neto

◆ *Arrecadação: nota promissória destinada à obtenção de fundos para a construção da 1ª Rede de Esgoto local.*

Providencia sobre os meios necessarios para a construção da rede de esgotos da cidade

Lei N. 40 de 22 de Outubro de 1900

Artigo 1º Para o lançamento municipal autorizando a contractar o novo plano de esgotos a ser construido publico ou particularmente com alguns estabelecimentos lancando em seu nome um plano, que seja publicado e executado de acordo com o regulamento de esgotos a ser elaborado de acordo com o plano da cidade.

Artigo 2º O regulamento será de acordo com o regulamento de esgotos de 1898 e de acordo com o plano da cidade.

Artigo 3º As letras emitidas deverão ser pagas em 10 dias de cada mes, e em caso de não pagamento, serão cobradas com juros e custas de 10%.

Artigo 4º O pagamento das letras emitidas será feito em 10 dias de cada mes, e em caso de não pagamento, serão cobradas com juros e custas de 10%.

Artigo 5º As letras emitidas serão pagas em 10 dias de cada mes, e em caso de não pagamento, serão cobradas com juros e custas de 10%.

Artigo 6º Para o serviço de juros e amortização da emprestimo ficam autorizados os administradores a receberem os juros e amortização de cada letra emitida, e a pagar os juros e amortização de cada letra emitida.

Artigo 7º A amortização do capital emprestado será effectuada por meio de lotes de 100\$000,00, que serão sorteados em 10 dias de cada mes, e em caso de não pagamento, serão cobradas com juros e custas de 10%.

Artigo 8º Revogam-se as disposições em contrario, designadamente as da lei n.º 40 de 22 de Outubro de 1900 alterada pelo presente.

Pelo Municipal de S. João do Rio Claro, 2 de Março de 1901.

O INTENDENTE,
Leopoldo Augusto da Rocha Junqueira.

Publicada no Secretario da Camara de S. João do Rio Claro, aos 2 dias do mes de Março de 1901.

O Secretario - JOAQUIM S. SANT'ANNA JUNIOR.

Lei N. 42 de 5 de Março de 1901

Approva o contracto celebrado com a cidade Miguel A. Rinaldi e altera algumas disposições da Lei n.º 40 de 22 de Outubro de 1900.

Artigo 1º Esta approvada o contracto celebrado com a cidade Miguel A. Rinaldi pelo Intendente Municipal, devendo ser executado, nos termos do instrumento publico lavrado a 20 de Fevereiro proximo passado no livro competente da secretaria desta Municipalidade.

Artigo 2º A primeira prestação de juros a pagar terá lugar no dia 10 de Abril de 1901, correspondendo ao termo decorrido desde a data do contracto até aquella data, considerando as prestações successivas e a serem feitas no dia 10 de Abril de cada mes.

Artigo 3º A primeira prestação de amortização será paga no dia 10 de Abril de 1901 correspondendo ao termo de que trata a lei n.º 40 de 22 de Outubro de 1900 no dia 10 de Abril de cada mes, successivamente pelo termo de cada mes, e em caso de não pagamento de 10 dias para mais, considerando as prestações successivas e a serem pagas no mesmo dia de 10 de Abril de cada mes.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrario, designadamente as da lei n.º 40 de 22 de Outubro de 1900 alterada pelo presente.

Pelo Municipal de S. João do Rio Claro, 2 de Março de 1901.

O INTENDENTE,
Leopoldo Augusto da Rocha Junqueira.

Publicada no Secretario da Camara de S. João do Rio Claro, aos 2 dias do mes de Março de 1901.

O Secretario - JOAQUIM S. SANT'ANNA JUNIOR.

O Arquivo do Município de Rio Claro é referência nacional e internacional em matéria de organização e gestão de arquivos municipais. A divulgação do potencial informativo do seu acervo está para ser intensificada com a volta de publicações de caráter técnico como inventários e catálogos de grupos e séries documentais, de importância significativa para a comunidade de pesquisadores.

Publicações de outra natureza também estão previstas, como artigos técnicos de arquivística e trabalhos de natureza histórico-literária de rio-clarense.

Além dos documentos produzidos pelos órgãos dos poderes executivo e legislativo, integrantes do acervo do arquivo intermediário, existem diversas séries documentais que compõem o acervo eminentemente histórico: documentos já avaliados e doações de fundos documentais privados, arquivados e em fase de sistematização, os quais futuramente serão disponibilizados através de publicações de instrumentos de pesquisa.

Além dos trabalhos de organização e conservação desse acervo, intensificar sua divulgação é uma das metas mais importantes da direção do arquivo, daí o anseio por maior integração dos serviços de seu corpo técnico que, além de atender a demanda da administração municipal, deve intensificar a relação arquivo-pesquisador e arquivo-educando. Para tanto, impõe-se a divulgação da importância desta instituição pública em toda rede de ensino, democratizando-se, assim, as fontes documentais de seu significativo acervo.

◆ *A autora é doutoranda em História Social pela USP*

EXPEDIENTE
Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro
Avenida 3, 568
13500-391 - Rio Claro - SP
Telefone: (0xx19) 526-7170
Fone/fax: (0xx19) 534-4118
website:
www.arquivo.guiarioclaro.com.br

e-mail:
Arquivomunic-pal@claretianas.com.br
Arquivo.pmr@guiarioclaro.com.br
Integralismo@claretianas.com.br

Horário de atendimento:
2ª a 6ª, das 7:30h às 11:30h
e das 13 às 17h

Arquivo é uma publicação comemorativa do 175º aniversário de Rio Claro
Jornalista responsável:
Olinto Bizarro Mtb - 22756
Editoração eletrônica:
Luis Bertin - 9784.3800
Tiragem: 3.000 exemplares
Impressão: Majograf
Fotolitos: Ripgraph

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

EDITORIAL PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO

Maria Therezinha Duckur Mamprin



◆ Acima: Sala Administrativa- Financeira do Arquivo



◆ Ao lado: estantes deslizantes permitem melhor organização do espaço e facilitam o manuseio dos arquivos.

Só temos que concordar - A Memória está em alta nos dias de hoje e não só entre especialistas. Famílias, empresas, associações de bairros, escolas, sindicatos e partidos políticos buscam nos Arquivos suas raízes.

Enganam-se os que pensam que esse interesse acontece apenas em países do primeiro mundo. O Arquivo de Rio Claro tem registrado um aumento de pesquisadores, mas, também de visitantes e representantes políticos de várias cidades do Estado, à procura de informações sobre a implantação de um Arquivo.

Foi essa constatação que levou Direção e Conselho a agilizar o processo de modernização de sua estrutura de pesquisa, através de um planejamento de ações, consoante às atuais linhas da política arquivística adotadas para o ano de 2002.

Resgate, recuperação e preservação passam a ser o embasamento dessa política arquivística. O incentivo à pesquisa, traduzido pelo empenho em produzir novas publicações, foi recebido com entusiasmo pelos pesquisadores reunidos em recente encontro no Arquivo.

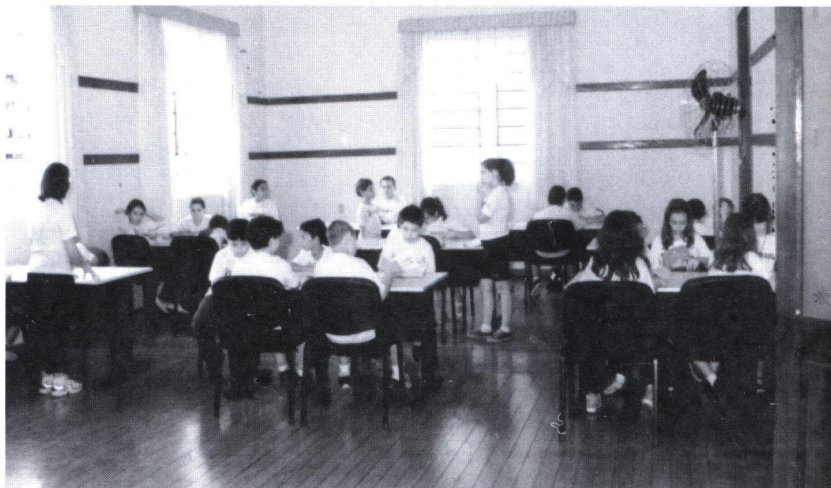
O trabalho de recuperação, num primeiro momento, privilegiou o treinamento de funcionários e estagiários sob a orientação de Dulce Fernandes Barata, técnica da Unicamp. Noções básicas de preservação e restauro em papel terminaram em uma higienização de parte expressiva do Acervo (tarefa que durou mais de dez meses).

A aprovação de um projeto junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, permitiu que as mudanças começassem a acontecer. Com a aquisição de estantes deslizantes conseguiu-se uma economia de 60% do espaço físico de sua sede, facilitando todo o redimensionamento funcional do Arquivo.

O consultante não ficará mais em contato direto com todo o acervo, obedecendo às regras da arquivística moderna. Ambientes de consulta para escolares e acadêmicos foram criados, além da adequação do mobiliário às exigências funcionais.

A próxima fase, a da preservação, está em elaboração - trata-se da microfilmagem e digitalização de seu acervo. Uma provável parceria do Arquivo do Município com o Arquivo do Estado dará início a esse processo - última etapa do projeto de preservação e modernização do Arquivo.

A autora é Superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município



◆ O espaço para pesquisa foi ampliado e melhor equipado, estimulando novas consultas e a presença de novos pesquisadores.

FAPESP E ARQUIVO PÚBLICO: FRAGMENTO DE UMA HISTÓRIA

Lucila Maciel

Rio Claro é uma das pouquíssimas cidades do Brasil que pode orgulhar-se de possuir um Arquivo Público, abrigando organizadamente as certidões comprovantes da memória regional e, porque não dizer, nacional, já que muitos de seus documentos registram aspectos importantíssimos da história brasileira.

Durante quase toda sua existência, ocupa, orgulhosamente, um prédio centenário, também ele verdadeiro acervo da história rio-clarense, em pleno centro da cidade, ao lado da praça da Liberdade. Seu amplo espaço, graciosamente distribuído entre porões, pátios, salas e salões, ao modo das residências do século retrasado, tornou-se, de há muito, pequeno para abrigar o volume de documentos que cresce proporcionalmente à conscientização da necessidade de preservar a memória. Nem mesmo a existência de uma grande sala em prédio anexo tem se mostrado suficiente.

Observando o desenvolvimento dos melhores arquivos nacionais, Conselho Superior, Direção e todos os funcionários atuantes do Arquivo, sonharam em redimensioná-lo.

Um projeto, de início ambicioso, foi encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa, orientado por docentes da UNESP que acreditaram na importância da medida. Coube à Prof^a. Dr^a. Rosângela Doim de Almeida assiná-lo, e a reconhecidos pesquisadores atestarem a importância do acervo e das pesquisas geradas através dele. E a FAPESP aprovou através de sua linha de projetos de AUXÍLIO A INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA - FASE V "CENTROS DEPOSI-

◆ A reorganização dos arquivos contou com a colaboração de especialistas em Conservação



Acima: Momento da aquisição das novas estantes deslizantes do Arquivo.



TÁRIOS DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS - ARQUIVOS".

Todos, entusiasticamente, puseram mãos à obra. Foram adquiridos 3.900 metros lineares de estantes deslizantes, após rigorosos estudos do espaço disponível, circulação dos consulentes e melhores condições para a preservação dos documentos. Para tanto, contou-se com a colaboração de engenheiros, consulta a reconhecidos especialistas em conservação, além de inúmeras visitas aos melhores acervos dentro e fora do Estado.

Vários meses foram gastos no preparo das mudanças. Até mesmo jovens universitários, também da UNESP, deram sua contribuição, higienizando documentos e transportando, o que quer que fosse, de um lado para outro. A movimentação foi total. Um verdadeiro mutirão: instalação de estantes, limpeza, transporte de livros, pastas e documentos, tudo ocorrendo em ritmo acelerado e de alegria.

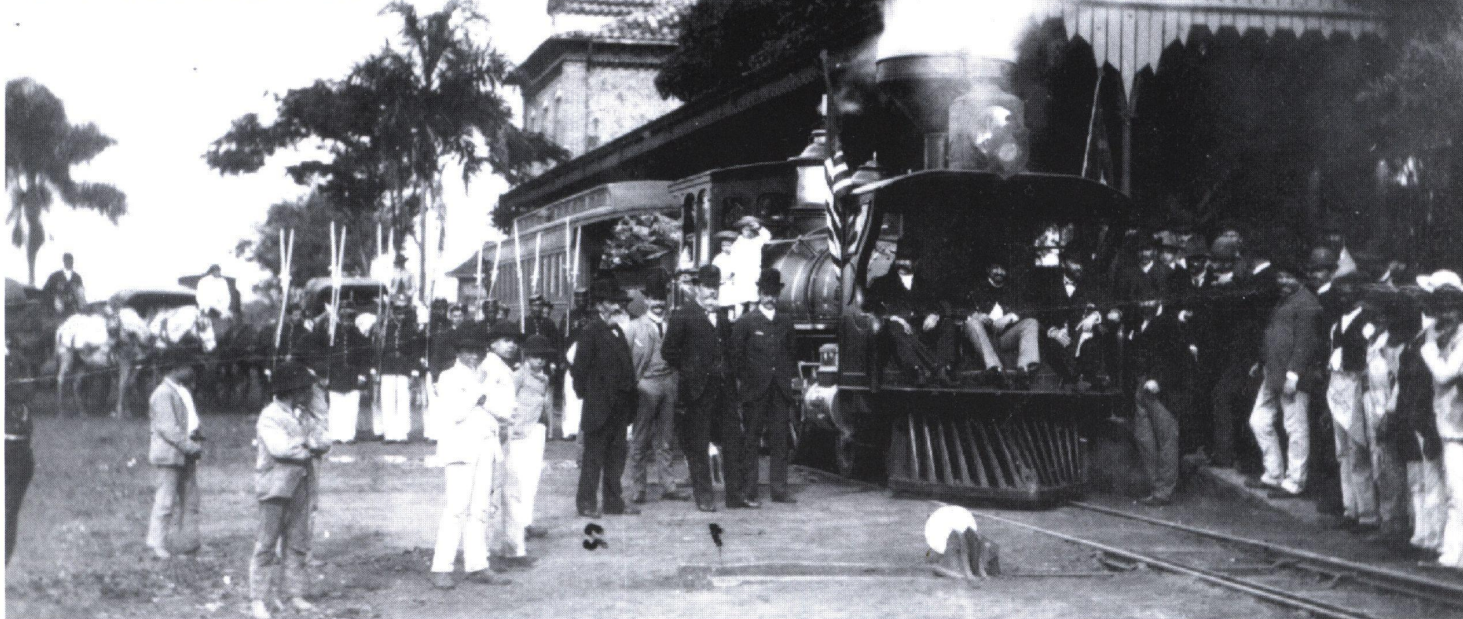
Totalmente prontas as mudanças ainda não estão, pois o acervo é imenso, havendo necessidade de continuarmos nessa linha de otimização do espaço físico e funcional, mas o Arquivo não deixa de exercer suas funções. Pesquisadores, estudantes e estudiosos podem agora se acomodar em espaços adequadamente ambientados para execução de suas pesquisas. Funcionários também desfrutaram de maior conforto em espaços reestruturados para isso. O acervo, por sua vez, ganha cada vez mais em sua acomodação, organização e proteção.

Graças ao apoio da FAPESP e a colaboração de todos, o Arquivo evolui para melhor preservar seu acervo e acolher seus amigos e usuários.

A autora é Presidente do Conselho Superior do Arquivo

AS EPIDEMIAS NO RASTRO DAS LINHAS FÉRREAS

Fábio Alexandre dos Santos



Chegada do primeiro trem à estação de Rio Claro em 1876

Com a chegada do ramal férreo da Cia. Paulista de Estradas de Ferro à cidade de São João Batista do Ribeirão Claro, em 1876, a localidade passava a vivenciar de forma mais intensa as contradições que aquele símbolo da “modernidade” representava, pois, junto dele, os problemas decorrentes do processo de adensamento populacional e a problemática das epidemias e da higienização ganhavam novos contornos.

Assim, como elemento central e dinâmico da urbanização da cidade, a ligação férrea, que permitiu a circulação de grande número de pessoas e mercadorias também permitiu que as epidemias voltassem à cena, mas agora com mais força, já que o fluxo populacional também era maior. O resultado foi o surgimento de surtos epidêmicos trazidos através dos trilhos, o que revelou a íntima relação entre transporte ferroviário e as ocorrências de moléstias.

Entre os surtos epidêmicos que assolavam as cidades paulistas no período, estavam a febre amarela, a varíola e a febre tifóide. Em São João Batista do Ribeirão Claro, por exemplo, em 1892, um surto de febre amarela assolou a cidade provocando o falecimento de 331 habitantes. E os lazaretos acabaram servindo de ante-sala da morte. Em 1894, por exemplo, o Hospital de Isolamento registrou 65,6% de óbitos para cada 100 internados, segundo Rodolpho Telarolli.

Nesse contexto, diversas medidas alteraram o cotidiano da população, por meio das inúmeras regulamentações contidas nos Códigos de Posturas. Da mesma forma, eram questionados os hábitos de consumo da população, como bebidas alcoólicas e frutas verdes, principalmente as melancias que, inclusive, tiveram suas vendas proibidas pela Câmara, em 1894.

Os gastos da Câmara no combate às doenças eram crescentes. Em maio de 1889, a Câmara gastou cerca de 1:119\$620 com o Lazareto e com as vítimas de febre amarela, cobrindo desde despesas com remédios até os caixões mortuários.

A simples comunicação de óbito já tomava proporções de alarde na cidade, sendo que o falecido deveria ser imediatamente enterrado, fosse dia ou noite, pois se assim não ocorresse, a população acreditava que a enfermidade poderia se propagar. Para se ter uma noção do medo que despertava, em 1889, os enterros noturnos foram comuns na cidade, porém a um custo de 20\$000, enquanto o enterro realizado durante o dia

custava 14\$000.

Em 1896, durante uma das maiores epidemias de febre amarela, os enterros realizados à noite também foram fato comum e, caso ocorresse algum falecimento, imediatamente o coveiro era chamado para realizar o enterro, não importando o horário, como demonstra o requerimento do coveiro José Farias dos Santos enviado à Câmara, no qual solicitava o pagamento de uma gratificação pelos “serviços prestados na ocasião da epidemia, sendo 18 noites q foi ao Cemiterio faser enterros” (sic). A Câmara pagou pelos seus serviços noturnos 9\$000 como gratificação, em 3 de junho de 1896.

O pânico gerado com a notícia de alguma pessoa infectada era amplamente baseado no desconhecimento sobre as doenças. Em 1901, duas mulheres infectadas com varíola, Elisa e Maria, foram recolhidas à Cadeia Pública ao invés de serem encaminhadas ao Hospital de Isolamento, que não possuía vagas. Em um requerimento à Câmara, o então delegado de polícia solicitava dinheiro para compra de roupas para as mesmas, já que suas roupas encontravam-se com “emanações delecterias”.

Nesse contexto, desde 1889 cogitava-se nas companhias ferroviárias o emprego de “auxílios” às esposas dos trabalhadores que sucumbiram enquanto exerciam suas atividades profissionais, cujo objetivo maior era conter a grande debandada de trabalhadores dos seus postos de trabalho.

Em 1896, ocorreu uma reforma na legislação sanitária, com as ferrovias sendo incluídas nas medidas profiláticas da febre amarela, através da instalação de desinfectórios nas estações ferroviárias de Santos, de Campinas e de São João Batista do Ribeirão Claro. A razão dessa medida encontrava-se na “assustadora” possibilidade de se obstar o processo produtivo, tanto nas cidades quanto no campo.

O autor é Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, Mestre em História Econômica pelo Instituto de Economia da UNICAMP e doutorando em Economia Aplicada, área de concentração em História Econômica, também pela UNICAMP. Autor de “Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906”. Annablume/Fapesp, São Paulo: 2002.

Fazenda de Santa Gertrudes

Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi*

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando ocorreu a expansão e o apogeu da lavoura cafeeira na região de Rio Claro, a Fazenda de Santa Gertrudes projetou-se, no cenário nacional e internacional da época, como fazenda modelo da cafeicultura paulista. Nessa época, ilustrou a propaganda do café brasileiro na Europa e recebeu personalidades das mais representativas do Brasil e do exterior, interessadas em conhecer de perto todos os aspectos que envolviam uma grande propriedade cafeeira.

Considerada uma das mais importantes fazendas cafeeiras da região, a Fazenda de Santa Gertrudes impressionava não só pelo seu tamanho, pelo grande número de pés de café plantados e alqueires de grãos colhidos, mas também pelo bom planejamento de seu espaço, pela complexidade e qualidade de suas instalações, pela funcionalidade e beleza de suas edificações e, sobretudo, pelo volume de trabalhadores que empregava em suas terras - escravos de início e, posteriormente, centenas de trabalhadores livres, brasileiros e estrangeiros, principalmente imigrantes italianos. Essa Fazenda constituía-se em um expressivo exemplo da complexidade existente na grande empresa agrícola da época, que exigia não só um número muito grande de trabalhadores envolvidos na lide do café propriamente dita, mas também um largo emprego de outros em dezenas



◆ Estação de embarque do café: Depois de processado e embalado, o café era embarcado por via férrea, direto da fazenda ao porto de Santos.



de atividades complementares, como os maquinistas, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, carroceiros, etc.

A grande expressão alcançada pela Fazenda de Santa Gertrudes, vinha associada, ainda, à importância sócio-econômica e política dos seus proprietários, pertencentes à nobreza do Império e, depois na República até o terceiro quartel do século XX, à nobreza papal.

À semelhança de outras importantes fazendas da região, como Ibicaba, Morro Azul e Paraguassú, a Fazenda de Santa Gertrudes originou-se da Sesmaria de Morro Azul, tendo como ponto de partida as terras de um engenho, o Sítio Laranja Azeda, herdadas em 1848 por Amador de Lacerda Rodrigues Jordão, futuro Barão de São João do Rio Claro.

Inicialmente voltada para o cultivo da cana-de-açúcar, com vistas à produção do açúcar e aguardente, essa Fazenda pouco a pouco foi deixando de ser canavieira para se tornar cafeeira. Em 1857, aparecia na documentação como fazenda de açúcar e café, ocupando uma área aproximada de 585 alqueires. Anos depois, por volta de 1870, já se destacava como uma das maiores de São Paulo e seu proprietário um dos maiores fazendeiros de seu tempo.

Quando do falecimento do Barão de São João do Rio Claro, em 1873, essa propriedade foi herdada por sua esposa que, três anos depois, em 1876, contraiu segundas núpcias com o futuro Marquês de Três Rios, que dirigiu os destinos dessa Fazenda até 1893.

O ano de 1876 marcou também a chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro a Rio Claro. Trilhos que passavam nas divisas da Fazenda de



◆ Detalhes da sala principal da sede da fazenda, construída por arquiteto francês no final do século XIX

◆ *A construção e o reconhecimento papal à pastoral de Santa Gertrudes assegurou a prática religiosa dos colonos e moradores locais.*



Santa Gertrudes, possibilitando a construção de uma estação de embarque do café produzido na Fazenda e, em consequência, o contato mais rápido e eficiente com a capital e com outras localidades do interior. Com o falecimento do Marquês de Três Rios, em 1893, e da Marquesa no ano seguinte, a Fazenda, na época já com 700 alqueires, foi herdada pela irmã da Marquesa, casada com Eduardo Prates.

Sob a direção de Eduardo Prates, a Fazenda de Santa Gertrudes alcançou o auge de seu desenvolvimento. Atuando dentro de um contexto histórico favorável, Eduardo Prates, no período em que foi proprietário da Fazenda, ampliou sua área para 1.356 alqueires. Planejou melhor o uso do espaço da propriedade, remodelou a casa grande, a capela, o terreiro e as áreas destinadas à lavagem e benefício do café; construiu casas de alvenaria nas oito colônias que abrigavam os trabalhadores da fazenda e abriu escola para os filhos dos mesmos; introduziu benefícios e inovações que a mais moderna técnica da época oferecia, sem deixar de se preocupar com o embelezamento da propriedade. Conde pela Santa Sé, título concedido por Leão XIII, inovou também no aspecto religioso. Conseguiu transformar a propriedade em autarquia religiosa e incorporar a Capela da Fazenda de Santa Gertrudes à Igreja de São João de Latrão em Roma, regalia bastante rara, principalmente em se tratando de uma capela rural. Com isso, garantiu a presença constante do clero, principalmente de ordens religiosas italianas, a frequência da celebração do culto e das festividades religiosas na Fazenda. Dessa



forma, o fazendeiro foi atendido à altura de sua relevância, mas também assegurou aos colonos e aos moradores dos arredores a prática religiosa que, por sua vez, abria espaços para a sociabilidade dos mesmos. Eduardo Prates também atraiu para a Fazenda formas de diversões citadinas, como espetáculos de teatro, de ginástica, exibição de bandas e sessões cinematográficas, das quais participavam também os colonos e suas famílias. Em 1914, instalou o cinema popular na Fazenda, que durante muitos anos foi o único cinema da redondeza, freqüentado também por moradores da vila e das fazendas vizinhas.

De meados do século XIX até o final da Primeira República, a Fazenda de Santa Gertrudes, ao ampliar sua área, absorvendo terras de propriedades vizinhas, constituiu-se uma exceção ao processo de fragmentação das propriedades, gerado por crises econômicas e problemas relativos a herança, observado em muitas partes do Estado de São Paulo e também no município de Rio Claro, já no final do século XIX. Somente com o falecimento de Eduardo Prates, em 1928, começou o processo de fragmentação por herança das terras da Fazenda. Esse processo, no entanto, não interferiu na preservação do complexo da sede e seus arredores que conservou o nome de Fazenda de Santa Gertrudes.

Hoje, em um ambiente que preserva muito do passado mesclado com o presente, essa Fazenda, menor e não mais cafeeira e que em 1948 passou a pertencer ao município de Santa Gertrudes, continua destacando-se como uma das principais e belas fazendas do chamado Velho Oeste Paulista. Sendo, por isso, motivo de reportagens, cenário para filmes e novelas de época. A preservação de seu rico acervo documental - o "Fundo Fazenda de Santa Gertrudes", no Arquivo Histórico do Município de Rio Claro - tem permitido a realização de estudos acadêmicos que buscam a reconstrução e entendimento da história paulista, antes, depois e no tempo do café.

*A autora é graduada em Ciências Sociais e Doutora em Ciências (História) pela FFCL de Rio Claro, atual UNESP, Campus de Rio Claro.
* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)*



◆ *Conjunto de residências destinadas ao abrigo dos colonos italianos. Ao lado, uma das peças da coleção de troles que ainda podem ser vistas na fazenda.*

SANEAMENTO BÁSICO DE 1845 A 2002 ANO DO PRÊMIO BALANÇO AMBIENTAL

Engenheiro Sergio Croffi



Foi a partir do século XIX (1845) que se registraram as primeiras preocupações do poder público com a utilização das águas fluviais e o escoamento dos esgotos.

Em 1881, uma das maiores aspirações da Câmara Municipal era a canalização e abastecimento de água potável. A partir desse ano, regulamentou-se a cobrança de impostos destinados à realização de serviços de abastecimento público.

Com o crescimento da população e conseqüente aumento da demanda, em 1894, ampliou-se o sistema de abastecimento de água, garantido pela criação da empresa Águas e Esgoto de Rio Claro.

No início do século XX (1901), foi inaugurado o sistema de coleta de esgoto sanitário de Rio Claro, com o funcionamento do primeiro decantador, instalado na Rua 14 entre Avenidas 3 e 5.

Através da Lei nº 02 de 16/01/1929, a Câmara Municipal rescindiu o contrato existente entre a municipalidade e a empresa de Águas e Esgoto de Rio Claro, passando a Prefeitura Municipal de Rio Claro a explorar os serviços, mediante taxas de serviços e consumo que eram cobrados dos consumidores.

O marco decisivo, contudo, para o desenvolvimento do saneamento básico do município, é de 05 de dezembro de 1969, quando da assinatura da Lei Municipal nº 1.144/69 pelo Prefeito Álvaro Perin, criando o Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro, como entidade autárquica e independente.

O DAAE, ao longo dos anos, tem procurado oferecer à cidade água potável de excelente qualidade e um serviço de saneamento básico comparável aos oferecidos pelo 1º mundo.

Hoje, duas estações de tratamento de água garantem 100% do atendimento à população e o sistema de coleta de esgoto abrange 99% da cidade. O tratamento dos esgotos começa a despontar com índices promissores para nosso país, embasado num Plano Diretor consistente e com abrangência para 20 anos.

Os Distritos de Rio Claro possuem esgoto tratado, ressaltando-se a

◆ Trabalhadores durante a instalação da nova rede de água e esgoto no início de 1970.



ETE-AJAPÍ, com sistema de lagoas cuja eficiência é superior a 90%. Recentemente foram construídas as ETES Palmeiras e das Flores, alcançando nosso índice de tratamento, hoje, cerca de 30%.

Rio Claro vem se destacando no âmbito nacional, sendo a 1ª Cidade a se conveniar com a Agência Nacional de Águas - ANA, no programa de DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, através do sistema de "Compra de Esgotos Tratados".

Em breve, será assinado o termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a CETESB, que estabelece o comprometimento da administração municipal no tratamento de 100% dos esgotos até 2010.

O reconhecimento de um trabalho de preservação ambiental, realizado dentro de planejamento adequado e alto padrão tecnológico pelo DAAE, ao lado de outros trabalhos desenvolvidos na área, deram a Rio Claro o prêmio "BALANÇO AMBIENTAL" - categoria grandes cidades, motivo de orgulho para todos nós rio-clarenses.

O autor é Superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE)



◆ Atualmente a água potável chega a 100% das residências rio-clarenses e a rede de esgoto atinge a 99% de todo o município.

◆ A nova Estação Jardim das Flores é parte da proposta para tratamento de 100% dos esgotos até 2010.

◆ Acima: Detalhe dos trabalhos de instalação da rede por ocasião da fundação do DAAE.



A FOTOGRAFIA NO RESGATE DA MEMÓRIA

Os retratos e fotos são elementos de fundamental importância no resgate da memória de um povo. É através das imagens de pessoas e eventos que podemos recuperar histórias e identificar lugares, muitas das vezes, completamente transformados por interesses econômicos.

O Arquivo de Rio Claro, com seu acervo rico e variado, pode ajudá-lo a construir sua árvore genealógica ou até tentar o reconhecimento de alguma área do passado.



◆ A família de Giuseppe Castellano em passeio no ano de 1911.



◆ Acima Cota Pessenda e sua irmã Victoria Pessenda Padula, em 1917.



◆ Acima: Confraternização das famílias Pilla e Sciarra, cerca de 1910



◆ Ao lado, a família Venturolli sob as palmeiras da Fazenda Santo Urbano.



◆ Giuseppe Castellano, com a família, em 1908.

ULYSSES GUIMARÃES: legislador democrata.

Angela Inês Liberatti

Ulysses Guimarães sofreu um acidente aéreo, juntamente com sua esposa, Mora Guimarães, em 12 de outubro de 1992. O mau tempo e o mar agitado da região de Angra dos Reis, local onde caiu o helicóptero no qual viajavam, prejudicaram as buscas e seu corpo não foi encontrado; morreu com 76 anos de idade.

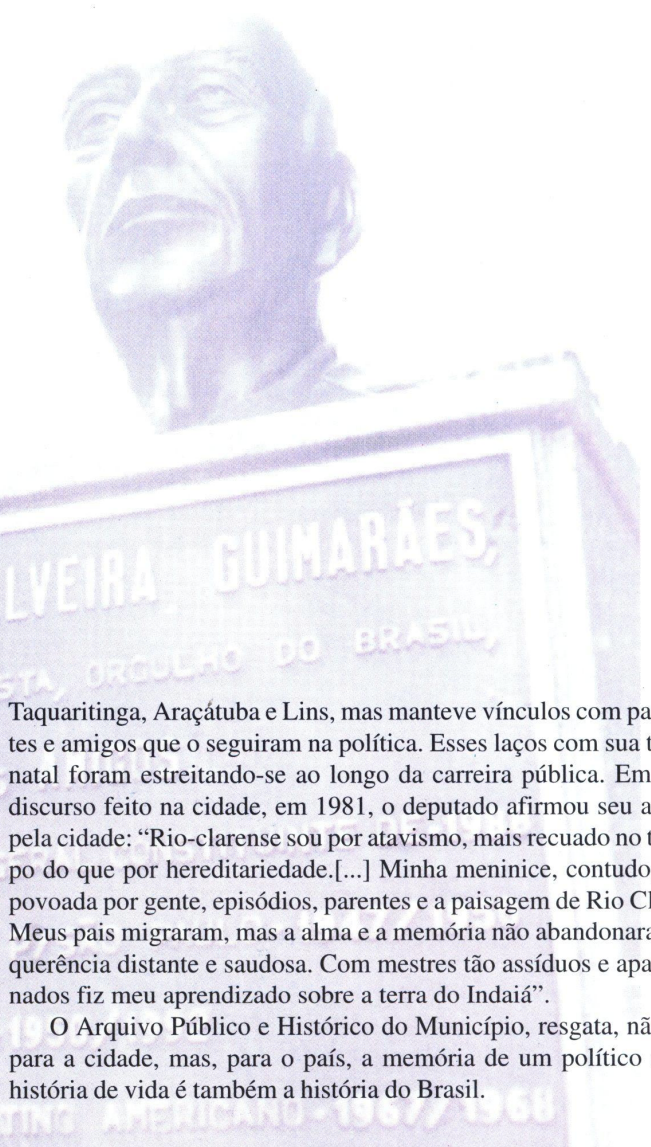
As homenagens pós-morte reconhecem-no como um grande estadista, defensor da liberdade, da democracia, crítico do regime militar e líder na constitucionalização do país. Ulysses Guimarães, inúmeras vezes, afirmou ser o poder político sua grande paixão e objetivo primeiro de suas realizações. Constituiu-se, enquanto membro do poder legislativo, seguidamente, por 45 anos, como político “do gênero parlamentar; espécie deputado”, segundo sua própria definição. Exerceu um mandato estadual e onze federais, desde 1947.

Seu conhecimento sobre legislação foi adquirido no curso de Direito feito, na década de trinta, no Largo São Francisco, em São Paulo, aprofundado pela docência nos cursos de Direito da Universidade Mackenzie e FMU e, principalmente, pela participação na elaboração da Constituição Paulista de 1947, e nas Constituições brasileiras de 1967 e 1988, sendo, desta última, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Ulysses Guimarães foi, além do fundador do MDB, posteriormente PMDB, seu presidente maior. O deputado foi identificado com o partido que sempre defendeu e projetou, tornando-se seu símbolo e citado pelos próprios políticos como exemplar. Foi presidente do MDB desde 1971 e do PMDB até 1991.

Seu nome está ligado à luta pela redemocratização do país durante o regime militar, reconhecido nacionalmente como o político cuja voz simbolizava a voz da nação, calada pela repressão e também como um político jurista, defensor da justiça como sinônimo de constitucionalização dos direitos.

Foi produzido pelo seu tempo e sua trajetória nos indica o encontro do talento com as circunstâncias. São muitas as histórias que não podem ser resumidas. Foi cidadão, político, e, acima de tudo, humanista. Nascido em Rio Claro, em 1916, não chegou a morar muito tempo na cidade, pois seus pais mudaram-se para



Taquaritinga, Araçatuba e Lins, mas manteve vínculos com parentes e amigos que o seguiram na política. Esses laços com sua terra natal foram estreitando-se ao longo da carreira pública. Em um discurso feito na cidade, em 1981, o deputado afirmou seu amor pela cidade: “Rio-clarense sou por atavismo, mais recuado no tempo do que por hereditariedade.[...] Minha meninice, contudo, foi povoada por gente, episódios, parentes e a paisagem de Rio Claro. Meus pais migraram, mas a alma e a memória não abandonaram a querência distante e saudosa. Com mestres tão assíduos e apaixonados fiz meu aprendizado sobre a terra do Indaiá”.

O Arquivo Público e Histórico do Município, resgata, não só para a cidade, mas, para o país, a memória de um político cuja história de vida é também a história do Brasil.

A autora é professora de História Social pela USP e curadora do acervo pessoal de Ulysses Guimarães



◆ O deputado Ulysses Guimarães é homenageado por João Fina durante inauguração de seu comitê na cidade, em 1986

Arquivo O ARQUIVO FAZ HISTÓRIA

Parte da nossa história está registrada em publicações, fotografias e documentos produzidos por aqueles que ajudam a desenvolver o município de Rio Claro. O acervo organizado e sistematizado de todos estes materiais, no Arquivo do Município, oferece grande contribuição para estudos e pesquisas sobre a nossa Cidade Azul.

Neste início de milênio, o mundo vive uma intensa transição sócio-política e cultural. E, nos momentos de mudança, é preciso aproveitar as experiências vividas. Cresce, portanto, a necessidade de se ter com o que comparar, pesquisar, conhecer a história. Um povo que tem a oportunidade de acesso ao seu passado, tem melhores condições de projetar o seu futuro, fazer sua própria história.

O Arquivo Público do Município "Oscar de Arruda Penteadó" é reconhecido nacionalmente pelo trabalho que desenvolve, tanto pela importância do seu acervo como por sua organização. Ao investir e incentivar o aprimoramento das atividades do Arquivo do Município, Rio Claro está preservando a identidade cultural da sua comunidade.

Nos 175 anos de Rio Claro, os cumprimentos são, também, para o Arquivo do Município, pelo papel imprescindível que vem desempenhando no resgate e registro dos acontecimentos e personagens da Cidade Azul.

Cláudio Antonio de Mauro
Prefeito de Rio Claro

"Diz a Constituição Federal que os direitos fundamentais do povo brasileiro devem ser cumpridos em sua totalidade. Nós, povo, temos o direito à vida, à privacidade, à liberdade de pensamento e outras mais, contidas na parte sobre os direitos sociais da referida Constituição. Para tanto, notamos neste 2002, ano em que Rio Claro comemora seus 175 anos de vida, que o povo vem, gradativamente, lutando para ampliar seus espaços em todos os segmentos de nossa sociedade. Tal condição exige que exerçamos (Executivo e Legislativo) uma vigilância diária no sentido de que os direitos sejam respeitados, como determina a lei maior. Com isto, a qualidade de vida do povo rio-clarense tem sido exemplo no Estado e no País, condição esta que orgulhosamente podemos divulgar com entusiasmo e satisfação. Parabéns, Rio Claro - nossa eterna e querida Cidade Azul".

Vereador Valdir Natalino Andreetta
Presidente da Câmara Municipal
de Rio Claro



Você sabia que:

Rio Claro foi reconhecida como a cidade do interior paulista que mais investiu em meio ambiente no ano de 2001?
O Município de Rio Claro foi classificado em 1º lugar no Prêmio BALANÇO AMBIENTAL - categoria grandes municípios - promovido pelo jornal Gazeta Mercantil e CPFL.
Essa conquista foi possível através dos programas de coleta seletiva de lixo, tratamento de esgoto, arborização urbana, aterro para lixo doméstico e industrial e educação ambiental.
Disputaram essa premiação 130 cidades do Estado de São Paulo.

Meta final: Vida de qualidade para 100% dos habitantes de Rio Claro